

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Irene Maria Scorsim Schust

**A Aplicabilidade da Agenda 21 Empresarial na Agência de
Entre Rios**

PORTO ALEGRE
2007

Irene Maria Scorsim Schust

**A Aplicabilidade da Agenda 21 Empresarial na Agência de
Entre Rios**

**Trabalho de conclusão de curso de Especialização
apresentado ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Administração.**

**Orientador: Luís Felipe Machado do
Nascimento**

PORTO ALEGRE

2007

Schust, Irene Maria Scorsim

A Aplicabilidade da Agenda 21 Empresarial na Agência de Entre Rios/ Irene Maria Scorsim Schust – 2007

61 f. : il

Trabalho para conclusão de curso de Especialização – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2007.

“Orientador: Prof. Luís Felipe Machado do Nascimento”

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 21. 3. Agenda 21 Empresarial. 4. Aplicabilidade na Agência de Entre Rios.

Irene Maria Scorsim Schust

**A Aplicabilidade da Agenda 21 Empresarial na Agência de
Entre Rios**

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização apresentado ao Programa
de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Administração.

Conceito final:

Aprovado em..... dede.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. – Instituição

Prof. Dr. – Instituição

Prof. Dr. – Instituição

Orientador- Prof. Dr. – Instituição

Ao meu esposo Luiz Carlos, aos meus filhos Lucas, Larissa e Leonardo, que sempre estiveram presentes e que através do amor, apoio e incentivo contribuíram para a realização deste trabalho.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e pela Fé.

À todos os professores, que durante o curso contribuíram para o enriquecimento de meus conhecimentos.

Aos Professores Luís Felipe Machado do Nascimento e Ivan Antônio Pinheiro pelo apoio e incentivo.

À Professora Tutora Juliane Viégas Aramburú por sua disponibilidade, dedicação e apoio na orientação e condução deste trabalho.

Ao Professor Antônio Carlos Gastaud Maçada pelo conhecimento e incentivo.

“A terra tem o bastante para as necessidades de todos, mas não para a avareza de poucos.”

Gandhi

RESUMO

O objetivo principal desta monografia é identificar o desempenho do Banco do Brasil na Agência de Entre Rios nas questões relacionadas ao compromisso firmado perante a Agenda 21. A pesquisa, de cunho quantitativo, visou identificar o desempenho do Banco do Brasil na Agência de Entre Rios nas questões relacionadas ao compromisso firmado perante a Agenda 21. Para tanto, adotou-se o método do estudo de caso, onde foram coletados os dados, a partir de aplicação de questionários aos funcionários e clientes da agência de Entre Rios. A Agenda 21 tem o condão de orientar a população, nas áreas em que há impacto ambiental, da necessidade de desenvolver um padrão novo para o desenvolvimento sustentável (dimensões social, econômica e ambiental). O Banco do Brasil se comprometeu com a assunção de responsabilidades sócio-ambientais, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Este compromisso com a Agenda 21 e o Banco do Brasil denominou-se Agenda 21 Empresarial. Diante destas propostas assumidas, o papel das agências é fundamental, mas o importante neste ensaio é o desenvolvimento de políticas que priorizem o desenvolvimento sustentável na Agência de Entre Rios, ou seja, sua aplicabilidade que evidencie o meio ambiente a sociedade e a economia.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21. Agenda 21 Empresarial. A Aplicabilidade na Agência de Entre Rios.

ABSTRACT

The on purpose central of this work is detecting the performance of the bank from the Brazil at the Agency from among Rivers at the questions mentioned to the appointment assumed name pear the agenda 21. The search, as of dies quantitative vise detect the performance of the bank from the Brazil at the Agency from among Rivers at the questions mentioned to the appointment assumed name pear the agenda 21. About to so much adhered - in case that the method from the I study as of I marry, where have been stored the data, as from application as of queries to the one county of guide the population, in the areas in which there is impact environmental, from the must of developing norm new for the development of sustainable (dimensions social, economic and ambient). The Bank of Brazil if compromised to the installation of partner-ambient responsibilities, come back to the sustainable regional development. This commitment with 21 Agenda and the Bank of Brazil called Enterprise Agenda 21. Ahead of these assumed proposals, the paper of the agencies is basic, but the important one in this assay is the development of politics that prioritize the sustainable development in the Agency of Between Rivers, that is, its applicability that the environment evidences the society and the economy.

Word-key: Sustainable Development. Agenda 21. Enterprise Agenda 21. The Applicability in the Agency of Between Rivers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
1.2 MÉTODO.....	13
1.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	14
1.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	14
1.5 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	14
1.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CRISE ECOLÓGICA.....	15
2.2 BUSCANDO A SUSTENTABILIDADE.....	17
2.3 INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE.....	21
2.3.1 Valoração econômica	22
2.3.2 Valoração social	22
2.3.3 Valoração ambiental	22
2.4 PRINCÍPIOS PARA A SUSTENTABILIDADE.....	23
2.4.1 Princípio de contingência	23
2.4.2 Princípio de complexidade	23
2.4.3 Princípio de sistêmica	24
2.4.4 Princípio de recursividade	24
2.4.5 Princípio de conjunção	24
2.4.6 Princípio de interdisciplinaridade	24
2.5 PRINCÍPIOS DA VIDA SUSTENTÁVEL.....	25
2.6 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE.....	25
2.6.1 Responsabilidade Socioambiental	26
2.7 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	26
2.7.1 Desenvolvimento Regional Sustentável no Banco do Brasil	30
3 AGENDA 21	32
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	32
3.2 NOÇÕES GERAIS.....	33
3.3 INTENÇÕES.....	35

3.4 AGENDA 21 EMPRESARIAL.....	37
3.4.1 Premissas da Agenda 21 do Banco do Brasil.....	39
3.4.2 Objetivos da Agenda 21 do Banco do Brasil.....	39
3.5 PRINCÍPIOS PROPOSTOS PELO BANCO DO BRASIL.....	40
3.6 A AGÊNCIA DE ENTRE RIOS DIANTE DA AGENDA 21 EMPRESARIAL.....	41
4 BANCO DO BRASIL E CAMPANHA DA SUSTENTABILIDADE.....	42
4.1 PLANO DE NEGÓCIOS DRS – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	44
4.2 DRS NA AGÊNCIA DE ENTRE RIOS.....	45
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO A.....	56
ANEXO B.....	59

1 INTRODUÇÃO

Os desequilíbrios ambientais trouxeram a tona uma discussão que tardou a emergir, a conservação ambiental e a responsabilidade da sociedade como um todo. A degradação surge com o desenvolvimento desordenado das cidades, mas que também é necessário. E foi a partir disso que se percebeu a necessidade de garantir a saúde do planeta, sem frear seu desenvolvimento sustentável.

Foi a partir da assinatura do protocolo da Agenda 21 pelo Banco do Brasil, que se observou que, além de preservar e conservar o meio ambiente dever-se-ia estrategicamente planejar o crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento sustentável com o equilíbrio ambiental.

A Agenda 21 tem como objetivo principal, propor parcerias entre o governo e a sociedade, estendendo as propostas das ações locais à comunidade local. Com este fim que o Banco do Brasil assumiu em junho de 2004, um compromisso com a Ministra do Meio Ambiente. E foi em meados de 2004 que o Banco do Brasil assinou o compromisso de preparar o desenvolvimento sustentável com ações efetivas e que beneficiem a sociedade.

As necessidades essenciais são visíveis, justificando assim as propostas de ação previstas pela Agenda 21, buscando saídas para alcançar um desenvolvimento regional sustentável, garantindo um futuro melhor para as gerações futuras.

O desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil busca trabalho e renda, mas sem perder a qualidade do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

As propostas apresentadas pela Agenda 21 Empresarial são aplicadas na Agência de Entre Rios.

Assim surge a seguinte pesquisa, visando descobrir as alterações que o nosso planeta vem sofrendo, quais os desequilíbrios socioambientais que afetam a nossa sociedade como num todo e, o que vem sendo feito pela Agência de Entre Rios para integrar os compromissos do BB para coma Agenda 21 Empresarial. O objetivo principal é identificar o desempenho do Banco do Brasil na Agência de Entre Rios nas questões relacionadas ao compromisso firmado perante a Agenda 21.

Desta forma busca identificar o compromisso assumido pelo Banco do Brasil ante a Agenda 21; verificar o campo de atuação da Agência de Entre Rios neste protocolo; identificar quais as dificuldades para a atuação na agência de Entre Rios

e, identificar o que precisa ser trabalhado para melhorar o desempenho da agência com relação ao compromisso firmado pelo banco perante a agenda 21.

No primeiro capítulo será abordado o que é desenvolvimento sustentável, os princípios que versam sobre a sustentabilidade, o desenvolvimento regional sustentável e, sua evolução histórica.

O segundo capítulo abordará a Agenda 21, seus princípios, evolução histórica e, a Agenda 21 Empresarial, e a Agenda 21 do Banco do Brasil.

Já o terceiro capítulo trará a campanha da sustentabilidade e o questionamento feito aos funcionários sobre a Agenda 21 do Banco do Brasil.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desequilíbrios ambientais trouxeram a tona uma discussão que tardou a emergir, a conservação ambiental e a responsabilidade da sociedade como um todo. A degradação surge com o desenvolvimento desordenado das cidades, mas que também é necessário. E foi a partir disso que se percebeu a necessidade de garantir a saúde do planeta, sem frear seu desenvolvimento sustentável. E foi a partir da assinatura do protocolo da Agenda 21 pelo Banco do Brasil, que se observou que além de preservar e conservar o meio ambiente dever-se-ia estrategicamente planejar o crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento sustentável com o equilíbrio ambiental.

A Agenda 21 no seu capítulo 28 enfoca a ação local.

Como muito dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 tem suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação de autoridades locais serão fatores determinantes na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e sub-nacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável, conforme afirma BARBIERI (1997).

A Agenda 21 tem como objetivo principal, propor parcerias entre o governo e a sociedade, estendendo as propostas das ações locais à comunidade local. Com este fim que o Banco do Brasil assumiu em junho de 2004, um compromisso com a Ministra do Meio Ambiente.

Em junho de 2004, o Banco do Brasil assumiu publicamente o comprometimento com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de seus negócios em solenidade que contou com a presença da Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente. A partir desse evento, o plano de ação para o aprofundamento de sua postura de responsabilidade sócio-ambiental, aprovado em 2003 pelo Conselho Diretor, passou a ser denominado Agenda 21 Empresarial do BB. Na ocasião, o BB também assinou Protocolo com o Ministério do Meio Ambiente para disseminar a Agenda 21 nos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável, BANCO DO BRASIL (2004).

O Banco do Brasil pretende, através de estratégias de negócios, estimular entre outros, o desenvolvimento regional sustentável, de regiões como o norte e nordeste.

Analisando as propostas apresentadas pela Agenda 21 será verificado onde a Agência de Entre Rios pode ser incluída analisando os compromissos assumidos pelo Banco do Brasil quando da assinatura do protocolo.

Antecedentes da responsabilização sócio-ambiental e as leis que governam as questões ambientais demonstram as várias questões ambientais que permeiam esta linha de pensamento.

A implantação de um modelo econômico alicerçado na industrialização, no desmatamento, na exploração descontrolada dos recursos naturais e, conseqüentemente na denominação do ser humano sobre o meio ambiente, coloca em risco a sobrevivência do planeta.

A ameaça de escassez sob os recursos naturais está eminente, ocorrendo assim um desequilíbrio.

As necessidades essenciais são visíveis, justificando assim as propostas de ação previstas pela Agenda 21, buscando saídas para alcançar um desenvolvimento regional sustentável, garantindo um futuro melhor para as gerações futuras.

O desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil busca trabalho e renda, mas sem perder a qualidade do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

1.2 MÉTODO

A pesquisa, de cunho quantitativo, visou identificar o desempenho do Banco do Brasil na Agência de Entre Rios nas questões relacionadas ao compromisso firmado perante a Agenda 21. Para tanto, adotou-se o método do estudo de caso.

Estudo de caso é a estratégia preferida para pesquisas que colocam questões do tipo “como” e “por que, onde o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos.

O uso de métodos e fontes diversificados para a coleta de dados - entrevistas, relatórios, atas e documentos é valorizado.

O método de estudo de caso é utilizado quando o pesquisador deseja analisar um determinado fenômeno em uma ou mais organizações.

Foi feito um estudo sobre o que é a agenda 21 para poder compreender a relação do banco com a agenda, ou seja, foi um passo anterior. O estudo feito é para verificar o cumprimento da Agenda 21 do Banco do Brasil na agência de Entre Rios.

Foi verificado também se existe estímulo para difusão e implementação de práticas de desenvolvimento sustentável, bem como o impacto das ações para a sustentabilidade junto ao público interno.

Foi questionado sobre a Campanha de Sustentabilidade, sua divulgação, atitudes e ações desenvolvidas na agência, propostas e ações individuais tomadas a partir da Campanha.

Saber do comprometimento da agência no Plano de Negócios DRS, o qual tem por objetivo promover o desenvolvimento a partir do apoio a atividades produtivas, economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas e respeitando a diversidade cultural.

1.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como dados primários, foram realizadas entrevistas através de questionário e como dados secundários para realização da presente pesquisa foram pesquisados livros doutrinários, códigos, leis e tratados referentes ao tema.

Com relação aos dados primários, foi utilizado um roteiro de perguntas, que serviu como guia para avaliar os valores atribuídos a Agenda 21 Empresarial.

Após a análise dos questionários foi avaliada a posição dos clientes e dos funcionários do Banco do Brasil na específica Agência de Entre Rios, no que diz respeito A Agenda 21, a Agenda 21 Empresarial, e quais as propostas de mudança para o melhor tratamento ao Meio Ambiente.

1.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram os funcionários do Banco do Brasil da Agência de Entre Rios.

1.5 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

O questionamento foi feito entre os clientes e funcionários do Banco do Brasil, especificamente aos da Agência de Entre Rios. Foram aplicados aos respondentes tipo 1, um questionário sucinto a respeito do tema em foco. Com o objetivo de analisar e inserir no contexto do presente ensaio monográfico.

1.6 ANÁLISE DOS DADOS

Foi feita uma análise estatística dos questionários e análise de conteúdo dos documentos do banco que foram utilizados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será feita uma síntese da crise ambiental, da responsabilidade e principalmente o que leva ao desenvolvimento regional sustentável.

2.1 CRISE ECOLÓGICA

Primeiramente há a necessidade de fazer um paralelo, para conceituar o que será muito abordado neste ensaio, que é a questão dos recursos naturais.

DELLA GIUSTINA (1998) anota que recursos naturais são:

Os recursos naturais são os bens existentes na natureza aproveitáveis pelo homem, como as plantas, os animais, as águas interiores, superficiais e subterrâneas; os estuários, o mar; o solo e o subsolo; o carvão vegetal e mineral; o ouro, o ferro, o calcário; o petróleo e outros elementos existentes na natureza. Os recursos naturais são a maior fonte de riqueza de um país. Quando mal utilizados, geram uma série de conseqüências danosas ao meio ambiente, como a erosão do solo, a perda da fertilidade da terra, o assoreamento e poluição dos corpos d'água, deterioração das terras para cultivo e/ou para pastagens, entre outros graves problemas causados à natureza.

Desde os tempos primordiais o homem vem transformando o meio ambiente, ao longo de sua evolução ele vem alterando o ecossistema, intencionalmente ou não. ÉDIS MILARÉ (2004) diz que essa transformação se deu desde os primórdios:

Uma coisa é certa: os tempos históricos atestam a presença e as atividades do homem, assim como a ocupação do espaço. Mais do que isso testemunham as alterações por ele impostas ao ecossistema planetário: desta vez, não são apenas as causas físicas naturais; aparecem também as mudanças intencionais produzidas pelo *homo sapiens*. Os tempos históricos, estes sim, são os mais recentes e manifestam uma aceleração progressiva da evolução por que passa a Terra.

O homem vem ocupando os espaços dentro do território, mas nem sempre esta ocupação se dá de maneira ordenada. A educação ambiental deveria ser mais bem conduzida, tanto pela população quanto pelos nossos governantes, levando em consideração a interdependência dos vários elementos que compõem o liame da vida.

O domínio do ser humano embasado na industrialização, na mecanização da agricultura, no crescimento desordenado, no desmatamento, no uso incorreto dos recursos naturais, vem trazendo conseqüências muito sérias, colocando em risco a sobrevivência do planeta.

Ocorrendo com tudo isso a extenuação e a erosão do solo, a contaminação das águas.

O homem vem pensando apenas no seu desenvolvimento, levando o mundo a um extraordinário poder de produção, mas não considera que todo esse crescimento pode levá-lo ao fim, ao seu extermínio, afetando-o física e psicologicamente.

Parece que a conservação do meio ambiente é um empecilho para o desenvolvimento econômico. Nas regiões onde a indústria predomina, verifica-se que a população perde muito na sua qualidade de vida.

LEONARDO BOFF (2001) mostra que as questões ambientais são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano:

A aceleração do processo industrial faz com que a cada dia desapareçam 10 espécies de seres vivos e 50 espécies de vegetais. O equilíbrio físico-químico da Terra, construído sutilmente durante milhões e milhões de anos, pode romper-se devido à irresponsabilidade humana. A mesma lógica que explora as classes oprime as nações periféricas e submete a Terra à pilhagem. Não são somente os pobres que gritam, grita também a Terra sob o esgotamento sistemático de seus recursos não renováveis e sob a contaminação do ar, do solo e da água.

Os recursos naturais podem desaparecer do mapa a qualquer momento, sistemas integrais de vida animal e vegetal em total desequilíbrio.

Discute-se somente que a economia deve crescer, como se isso fosse resolver todos os problemas no Brasil, mas não se leve em consideração, qual será o custo de tudo isso, e qual será o impacto sobre o futuro.

Toda essa crise ambiental está alicerçada na poluição e degradação do meio ambiente, a crise nos recursos naturais, energéticos e de alimentos, deixando claro que se tornou uma crise de civilização. A pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos planetários, a exploração da natureza, tudo isso vem esgotando as reservas de recursos naturais, degradando o solo e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais, LEFF (2001).

O Brasil é um dos países que mais tem recursos naturais, e que são de grande valia para todos, mas que se deve conservar e preservar, para que o meio ambiente no futuro sorria.

Mas também não se pode atribuir apenas ao crescimento industrial, a modernidade, a globalização, à responsabilidade pela degradação ambiental. É claro que isso acelerou, mas o que deve prevalecer na consciência de todos, é acordar para realidade que ambiental do nosso planeta.

A conscientização é uma oportunidade única para a desordem ecológica, trazendo uma característica de cooperação de todos para a utilização dos recursos naturais, porque, a natureza morta não serve para o homem, o que deve prevalecer é o interesse comum pela sobrevivência da humanidade e do próprio planeta. Mudando assim, sua política em relação ao meio ambiente, MILLARÉ 92004).

ALFIO BRANDENBURG (1999) afirma que para acabar com crise socioambiental deve haver uma reorganização:

A crise socioambiental do sistema de livre-mercado, hoje globalizado, coloca-se diante de uma posição *sui generis* na história da humanidade: optar pelo expansionismo tecnológico unilateral, levando a expansão da racionalidade instrumental ao seu extremo, ou reconsiderar razões de natureza ética e cultural capazes de proporcionar um convívio com múltiplas dimensões e levar a uma reorganização da ordem social e da relação com a natureza. Há ainda uma outra via, transformar radicalmente as relações homem-natureza, questionando os princípios epistemológicos da ciência moderna, isto é, caminhar em direção da construção de um novo paradigma de conhecimento.

O homem deveria pensar no meio ambiente como algo fundamental como o seu próprio direito à vida, motivados pelo seu benefício e o da coletividade, pois se assim o fizesse estaria protegendo os recursos naturais e a si mesmo.

2.2 BUSCANDO A SUSTENTABILIDADE

Para enfrentar essa crise atual, a social e a ecológica, deverá haver uma conscientização de todos, buscando uma solução. A conservação ambiental é uma condição *sine qua non* para o progresso brasileiro.

GUSTAVO KRAUSE (1998) comenta que as unidades de conservação estão fundamentadas nos seguintes aspectos: a) unidades de conservação; b) sistema

nacional de unidades de conservação; c) categoria de manejo; d) parques nacionais; e) área de proteção ambiental; f) reserva extrativista; g) objetivos nacionais de conservação; h) florestas nacionais; i) reserva particular do patrimônio natural; j) qualidade de vida; k) meio ambiente; l) ecossistemas; e, desenvolvimento sustentável.

Continua KRAUSE (1998) afirmando que o desenvolvimento sustentável é o:

Modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, aqueles de caráter social e ecológico, de modo equilibrado. A partir da constatação de que os recursos naturais têm uma oferta limitada, isto é, podem acabar, defende a idéia de sua reposição permanente através do uso adequado, isto é, ecologicamente equilibrado, dentro de práticas econômicas eficientes. Para atender estas duas condições, considera indispensável uma política social compatível, a fim de evitar a degradação humana.

Para CAVALVANTI (2003) a sustentabilidade significa a obtenção de condições iguais ou superiores de vida para determinado grupo de pessoas e seus sucessores num dado ecossistema. Sendo que esse conceito se dá a partir da idéia da manutenção de nosso sistema de suporte de vida, obedecendo as leis da natureza em longo prazo.

Os traços da economia vigente no mundo têm trazido um resultado não positivo. Têm surgido manifestações e movimentos que buscam refletir a ansiedade de parcela da população, que tenta buscar soluções para a grande crise ambiental que o planeta está sofrendo.

Encontros, seminários, palestras, etc., têm buscado construir saídas e estratégias para se chegar ao desenvolvimento que garanta a sustentabilidade para as gerações atuais e futuras.

Atualmente a humanidade está abrindo os olhos para os problemas ambientais, pensando não só no crescimento econômico, mas tentando achar alternativas, como o desenvolvimento sustentável ou o ecodesenvolvimento, para uma conciliação entre o desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, MILARÉ (2004).

Alguns pensadores acreditam que o correto é enfrentar o problema, e não fechar os olhos, BRANDENBURG (1999):

De certo modo, é reconstruir através de teorias críticas projetos ou utopias que possam alimentar a possibilidade de se obter caminhos para a

mudança social. Dessa forma, enfrentar os desequilíbrios ambientais da crise ecológica, colocados como os mais relevantes para a preservação da vida, é também enfrentar as desigualdades da crise social. De modo contrário, como construir um desenvolvimento sustentável em enfrentar a questão da via em sociedade.

Observou-se que se o desenvolvimento continuar nesse ritmo, a degradação do planeta estaria em aceleração, ocorrendo assim à destruição do seres vivos, o que os estudiosos do assunto propõem é que o crescimento se dê de forma responsável.

A assertiva é que deve haver o senso de responsabilidade da população presente para o benefício das futuras gerações, encaixando a estruturas da economia à sustentação do ecossistema.

MCLUHAN (1998) entende que para a proteção dos recursos naturais ocorra é necessário:

O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população, frente aos desafios do novo milênio que se inicia, o que será uma grande tarefa a que devem se dedicar os ambientalistas e administradores de organismos ambientais, no sentido de orientar e divulgar os princípios que condicionam a sustentabilidade ambiental dos diversos biomas e ecossistemas brasileiros. Especialmente, que o Brasil torna-se cada vez mais atraente para o investidor internacional, como montadoras de veículos e outros segmentos de negócios que perpetuam atividades econômicas com a matéria-prima advinda dos recursos naturais. Na maioria das vezes, essas atividades são realizadas de maneira predatória, destrutiva e agressiva ao meio ambiente, deteriorando progressivamente a qualidade de vida.

Para que isso não ocorra o ser humano deverá pensar numa estratégia de sustentabilidade, garantindo assim a sua integridade ante o planeta.

O que deverá prevalecer é a consciência de que os recursos naturais dos vários biomas e ecossistemas são importantes, levando a aprovação de projetos com financiamentos dos bancos oficiais e organismos internacionais, MCLUHAN (1998).

Tem que ficar claro que deve haver uma inter-relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Adverte MILARÉ (2004), que tudo depende de planejamento, para se formar a base perfeita:

Compatibilizar o meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as

suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espaço. Em outras palavras, isto implica dizer que a política ambiental não deve erigir-se em obstáculo ao desenvolvimento, mas sim em um de seus instrumentos, ao propiciar a gestão racional dos recursos naturais, os quais constituem a sua base material.

Continua ainda MILARÉ (2004) afirmando que a natureza não é um intocável santuário, pois precisamos gerar riquezas para enfrentar a realidade social, como o crescimento populacional e a pobreza, exigindo o crescimento, mas deve-se planejar o desenvolvimento econômico-social protegendo a qualidade ambiental.

Quanto ao desenvolvimento sustentável sabe-se a importância desse conceito, mas concretamente não se tem caminhado para este rumo.

O Instituto ETHOS (2007) lança um manifesto no qual afirma que o Brasil tem desprezado o desenvolvimento sustentável como forma alternativa para a sociedade. E neste mesmo estudo diz haver alguns erros que estamos cometendo:

- 1) não potencializar sua condição única nas áreas de energia limpa, biodiversidade e inclusão social na base da pirâmide;
- 2) continuar insistindo num modelo de crescimento que exclui milhões de brasileiros, os quais, de outra maneira, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, serão incluídos também como protagonistas do processo de crescimento;
- 3) continuar queimando florestas, desperdiçando riquezas e destruindo sua biodiversidade, hipotecando das gerações futuras a condição de emancipação, dignidade e cidadania global.

Não que esteja sendo desprezado, mas talvez não tem se dado o devido valor.

CAVALCANTI (2003) alega que o desenvolvimento sustentável deve assegurar a preservação e transmissão às futuras gerações, mas para é necessário seguir algumas regras:

- O capital natural constitui um fator insubstituível do crescimento econômico;
- Os recursos naturais são em si uma fonte de bem-estar, devido ao seu aporte de amenidades: belezas de um local, lazer, fator de saúde, etc;
- Certos recursos não são renováveis e seu esgotamento ou desaparecimento são irreversíveis: desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal, de um sítio natural. Encontramo-nos aqui confrontados com a irreversibilidade de certas ações;
- Vários recursos não têm nenhum substituto artificial; por exemplo, os ecossistemas 'reguladores', tais como as florestas tropicais, os manguezais, os oceanos ou as espécies animais e vegetais, que são numerosas a desaparecerem a cada ano.

Não só o nosso País, mas o mundo em geral não está consciente da importância do desenvolvimento sustentável, caminhando ao lado oposto da sustentabilidade.

CAVALCANTI (2003) diz que essa transição entre o mundo desintegrado e a sustentabilidade exige severas mudanças:

A passagem do atual mundo desintegrado para um em que o desenvolvimento seja sustentado (com sua implícita melhoria da qualidade de vida) exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório. Semelhante transição depende em grande parte, de mudanças profundas na teoria do conhecimento e nas ciências em geral. Além disso, os princípios, premissas e pressuposições básicas das ciências – seus paradigmas, enfim – têm sinalizações muito importantes em termos de direcionamento da abordagem econômica de uma sociedade sustentada.

Parece lógico afirmar que deve haver mudanças básicas para se chegar ao pretendido desenvolvimento sustentável, pois é isso que todos os cidadãos almejam. Na sociedade existem bases fortes diante da sustentabilidade no que diz respeito a valores sociais, ambientais e econômicos, por mais que esses valores às vezes são abarcados pelos interesses de muitos.

2.3 INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE

Alguns doutrinadores afirmam que há três atributos valorativos, que podem ser separados e, que são considerados indicadores da sustentabilidade: a) Valores Sociais; b) Valores Ambientais; e, c) Valores Econômicos.

Os indicadores de sustentabilidade são produtos do sistema de informação amplo de uma sociedade, devendo expressar os valores que a sociedade coloca em aspectos sociais, ambientais e econômicos o desenvolvimento sustentável ou da qualidade de vida, nos níveis local, nacional e internacional, CAVALCANTI (2003).

Os indicadores sociais, econômicos e ambientais são as razões para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

2.3.1 Valoração econômica

Considera-se que os valores econômicos agregados à natureza não são considerados na íntegra.

CAVALCANTI (2003) relata que os valores econômicos dizem respeito a:

Atribuir valor em dinheiro à natureza representa um passo na direção da correção dos desequilíbrios nos valores econômicos da nossa sociedade, que falham em reconhecer a produtividade da biosfera, mas em si é inadequado para resolver problemas ambientais.

Percebe-se que são atribuídos valores ao meio ambiente para se resolver os problemas ambientais.

2.3.2 Valoração social

Valores sociais colocados no ambiente devem ser respeitados e expressos através de sistemas de informação social e ambiental em oposição aos monetários.

Os valores sociais de uma comunidade influenciam nas atividades humanas ante as informações, e instituições sociais não são valores que a sociedade joga na natureza, mas também nas relações humanas, que por sua vez impacta o ser humano e a natureza, CAVALCANTI (2003).

Os valores sociais dão prevalência às relações humanas com o meio ambiente.

2.3.3 Valoração ambiental

A valoração ambiental já foi amplamente discutida anteriormente, pois quando se trata de crise percebe-se que há algo de valor em jogo, com no caso dos recursos naturais.

2.4 PRINCÍPIOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Ao estabelecer quais são os princípios que regem a sustentabilidade e o que eles determinam, deve-se antecipadamente fazer um paralelo do que são princípios.

Princípio é o mandamento nuclear de um sistema, ou seu verdadeiro alicerce, BASTOS (2002).

BONAVIDES (2006) registra a sua opinião sobre o assunto, “os princípios são, por conseguinte, enquanto valores, a pedra de toque ou o critério com que se aferem os conteúdos [...] em sua dimensão [...] mais elevada”.

Pode-se dizer que os princípios são os alicerces que vão organizar e direcionar a interpretação a toda sociedade e governantes.

Os princípios que seguem dizem respeito ao conceito disciplinar sobre o prisma sustentável.

2.4.1 Princípio de contingência

O princípio de contingência diz respeito à possibilidade do diferente contraditório, ou seja, a contingência assume a forma das propriedades emergentes dos sistemas vivos, CAVALCANTI (2003).

Este princípio denota a incerteza de que aconteça algo ou não para mudar a vida do homem.

2.4.2 Princípio de complexidade

A complexidade traz embutida a necessidade de associar o objeto ao seu ambiente, de ligar o objeto ao se observador e a desintegração do elemento simples, CAVALCANTI (2003).

Conforme este princípio a tendência é de se abranger o objeto em questão ao ambiente.

2.4.3 Princípio de sistêmica

CAVALCANTI (2003) afirma que o princípio de sistêmica engloba a perspectiva cibernética, a abordagem holística quando à totalidade, em de incluir aspectos sobre a autonomia e integração. A sistêmica tem relação com a complexidade e com a recursividade.

A integração é requisito essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável.

2.4.4 Princípio de recursividade

O que fundamenta este princípio é o sufixo 're' e que muitas vezes aparece na ciência, na auto-organização e no método novo, ela põe a organização ativa como sinônimo de reorganização permanente, CAVALCANTI (2003).

O próprio nome já diz, este princípio caminha para a organização do que é implantado.

2.4.5 Princípio de conjunção

Este princípio é o contraponto teórico e prático, isto é, a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os paradigmas científicos novos, CAVALCANTI (2003).

É a união das propostas para alcançar um denominador entre o que o proposto e o que é necessário à sociedade.

2.4.6 Princípio de interdisciplinaridade

Muitos afirmam que o princípio da interdisciplinaridade permeia todos os novos paradigmas científicos, na abordagem sistêmica, na complexidade e na questão ambiental, onde ele possui maior relevância, CAVALCANTI (2003).

Deve haver um consentimento entre os interessados para que se priorize tanto o meio ambiente quanto o desenvolvimento.

2.5 PRINCÍPIOS DA VIDA SUSTENTÁVEL

Estes princípios dizem respeito à construção de uma sociedade sustentável, MILARÉ (2004):

- 1) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos: [...] reflete o dever de nos preocuparmos com as outras pessoas e outras formas de vida.
- 2) Melhorar a qualidade da vida humana: [...] permitindo que as pessoas realizem o seu potencial e vivam com dignidade, com acesso à educação, com liberdade política, com garantia de direitos humanos e ausência de violência.
- 3) Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta Terra: o desenvolvimento baseado na conservação deve incluir providências no sentido de proteger a estrutura, as funções e a diversidade dos sistemas naturais do Planeta, dos quais temos absoluta dependência.
- 4) Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis: [...] a ampla adoção de algumas práticas é essencial para que o Planeta seja capaz de sustentar os bilhões adicionais de seres humanos no futuro e de proporcionar uma boa qualidade de vida.
- 5) Permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra: [...] são limitados os impactos que os ecossistemas e a biosfera em geral podem suportar, sem chegar a uma perigosa deterioração.
- 6) Modificar atitudes e práticas pessoais: para adotar a ética de vida sustentável, as pessoas têm de reexaminar seus valores e alterar seu comportamento.
- 7) Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente: a ação comunitária no cuidado com o meio ambiente deve ser favorecida.
- 8) Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação: [...] qualquer programa de sustentabilidade precisa abranger todos os interesses e procurar identificar possíveis problemas, evitando-os antes que surja.
- 9) Constituir uma aliança global: a sustentabilidade global vai depender de uma firme aliança entre todos os países.

Estes princípios estão interligados uns com os outros, e se amparam entre si, unindo o mundo inteiro na luta pela sustentação do homem.

2.6 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE

A legislação vigente dá ao meio ambiente o valor que merece e impõem as suas defesa e preservação.

Conforme se observa na Constituição Federal de 1988, no seu art. 225, o meio ambiente deve ser protegido: “Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado,

bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, BRASIL (2002).

Na Lei n.º 6.938/81, no seu art. 13, III, o legislador buscou fundamentos para a proteção do meio ambiente, referindo-se a qualidade de vida e a dignidade humana, MILARÉ (2004).

Na realidade não há nenhuma legislação específica que determine a sustentabilidade, mas implicitamente aparece na nossa Carta Magna.

2.6.1 Responsabilidade Socioambiental

A Responsabilidade socioambiental deveria fazer parte de todas as empresas, realizando suas negociações pensando em interagir com o meio ambiente, respeito e sendo responsável.

Quando se fala em responsabilidade socioambiental, o que se vem em mente é valor e qualidade.

SOUZA e SOARES (2006) afirmam que responsabilidade socioambiental depende de uma auto-organização das empresas:

A cadeia produtiva precisa se organizar de tal modo que se constitua em cadeia de valor e que todas as dimensões das relações com os públicos de interesse fiquem asseguradas, numa rede de compromissos recíprocos e de longo prazo, que incluem as inovações tecnológicas e a redução dos custos, isto é, a qualidade (gerencial), a produtividade (econômica) e o comprometimento socioambiental com as gerações futuras.

Todas as empresas deveriam agir de forma responsável e atribuindo a sustentabilidade nos seus fins, respeitando a sociedade em que faz parte e se comprometendo com o futuro do ser humano.

2.7 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Para se alcançar à concepção de regional fica claro que diz respeito à delimitação geográfica.

Concepções da filosofia, ciência política, geografia, sociologia e psicologia, como sendo apenas o espaço geográfico. Mas nessa nova era da informática, o conceito se amplia e se define por diversas características e estabelecido como um lugar em relação a outros lugares, considerando-se fatores locais que contribuem e se relaciona com fatores de diversas localidades, para forma um todo, SOUZA e SOARES (2006).

SOUZA e SOARES (2006) relatam que os fundamentos estratégicos para o desenvolvimento regional sustentável são:

Conceito de Região – o conceito de região extrapola a concepção de delimitação física geográfica de uma área e inclui a relação espaço e tempo. Preocupa-se com o potencial destrutivo atual em relação à qualidade de vida e às gerações contemporâneas e futuras. [...] Modelo: relação entre sistemas e sub-sistemas, entre partes e todo. Slogan: agir local, pensar global.

Desenvolvimento – substituição do parâmetro de concentração de riquezas pelo índice de desenvolvimento humano, que leva em consideração não só a quantidade de riquezas de uma nação, mas principalmente as condições sociais de usufruí-la democraticamente.

Sustentabilidade – a sustentabilidade relaciona dimensões econômicas, sociais e ambientais. Deve levar em conta os fatores social, ambiental, territorial, econômico e político, respeitando as liberdades individuais e visando a convivência pacífica e democrática entre pessoas e povos, inclusive das futuras gerações.

Gerenciamento de Crises – visa a mudança da cultura e do paradigma produção-consumo, valorizando aspectos culturais, históricos e ambientais locais.

Organicidade Territorial – mapeamento e avaliação de distribuição das atividades sócio-econômicas e ambientais pelo território como fonte de dados necessários ao planejamento de ações de DRS.

Participação – Fator que agrega elevada importância ao elemento humano, imprescindível para o sucesso dos planos de DRS.

Desenvolvimento de Cadeias de Valores – refere-se à construção de redes de colaboração desde o planejamento, desenvolvimento e produção até à distribuição e consumo de produtos e serviços sustentáveis visando a criação e agregação de novos valores aos locais, produtos e serviços.

Concertação – mapeamento, inclusão e orquestração de diversos atores e instituições sociais visando a construção coletiva de soluções e superações regionais, tanto as sociais e ambientais, quanto as políticas e econômicas.

Várias são as classificações que se podem dar ao desenvolvimento regional sustentável, podendo ser as maneiras estratégicas, as metodológicas e tipológicas.

Há alguns métodos que fazem a classificação do desenvolvimento regional sustentável, com uma visão geral, para identificar e diagnosticar as necessidades e os potenciais.

SOUZA e SOARES (2006) dizem que são 3 (três) os tipos caracterizados que identificam o desenvolvimento regional sustentável:

1. Aglomerados: são agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos pouco expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;
2. Arranjos Produtivos Locais: são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;
3. Cadeia ou Sistema Produtivo: representa o conjunto de aglomerados e arranjos produtivos locais, formando redes complexas com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.

Os métodos utilizados por algumas pessoas para caracterizar desenvolvimento regional sustentável têm como objetivos sempre bem claros, a interação, a cooperação e a aprendizagem.

Vários foram os acontecimentos que tiveram o desenvolvimento sustentável como prioridade, conforme o quadro abaixo:

ANO	ACONTECIMENTO	OBSERVAÇÃO
1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais -, que formam o sistema global.
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera	Nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB)
1971	Criação do Programa MAB da Unesco	Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e Sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.
1972	Publicação do livro Os limites do crescimento	Informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na	A primeira manifestação dos governantes de todo o mundo com as conseqüências da

	Suécia	economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados do evento foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1991	II Estratégia Mundial para a Conservação: “Cuidando da Terra”	Documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente; baseado no Informe Brundtland, preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra	Realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio + 5	Realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
2000	I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia)	Teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmo, que examina as novas

		questões ambientais para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10	Realizada em Johannesburgo, nos meses de agosto e setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 1 – Resumo dos principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Fonte: DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006, p. 35-37.

A meta a se alcançar, para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, não é só o crescimento econômico, mas para se alcançar conjuntamente os resultados sociais, ambientais e econômicos.

2.7.1 Desenvolvimento Regional Sustentável no Banco do Brasil

Várias empresas hoje vêm se destacando na área de desenvolvimento regional sustentável, entre elas se encontra o Banco do Brasil, pois ele se encontra além das fronteiras, ou seja, em qualquer lugar, por menor que seja, tem uma agência do Banco do Brasil.

Por isso o Banco do Brasil se destaca por está presente nas várias regiões do País, e por conhecer a necessidade de cada uma.

A empresa vem desenvolvendo trabalhos destinados aos desenvolvimento regional sustentável nos lugares em que há maior necessidade, todos eles interligados com a parte econômica, social, ambiental e cultural do lugar, projetos esses que contam com a colaboração da iniciativa privada, a sociedade civil e o governo, SOUZA e SOARES (2006).

Continuam SOUZA e SOARES (2006) afirmando que empresas como o Banco do Brasil têm visto as carências existentes no País e buscam o seu desenvolvimento sustentável, como se observa:

Buscando contribuir para o equilíbrio distributivo de recursos e promover o desenvolvimento em diversas regiões do território nacional, o Banco do Brasil tem priorizado sua atuação em DRS [...]. É a fórmula para gerar trabalho e renda de forma inclusiva, participativa e principalmente sustentável, considerando as especificidades culturais das comunidades. A estratégia básica do DRS – consiste em aliar adequação ambiental, justiça social, viabilidade econômica e respeito a diversidade cultural. Tudo isso integrado a esforços de agentes nas esferas federais, estaduais e municipais, consoantes com a sociedade civil, estratos políticos, empresariais e religiosos, fomentando ações que promovam um avanço na qualidade de vida das pessoas.

É uma nova estratégia de observar as carências de certas regiões do nosso País e principalmente de unir forças para mudar para o melhor, buscando o desenvolvimento sustentável desta ou aquela região.

E foi pensando na implantação de projetos destinados ao desenvolvimento regional sustentável, que o Banco do Brasil assumiu perante uma comissão em que estava presente a Ministra do Meio Ambiente, em 2004, um compromisso para desenvolver ações que beneficiem a comunidade local, este chamado de Agenda 21 Empresarial.

3 AGENDA 21

Este capítulo trará uma abordagem mais específica do que é Agenda 21, seu histórico, os países que contribuíram, suas intenções e, o que vem a ser a Agenda 21 Empresarial e o seu papel na sociedade.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Em 1972 houve um encontro em Estocolmo, na Suécia, a Conferência sobre o Meio Ambiente, onde 113 Estados-Membros da ONU participaram, tendo como objetivo de criar um programa sobre o Meio Ambiente.

Mais tarde, em 1987, a Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, na Noruega, onde foi elaborado o documento “Relatório Bruntland”¹, esse relatório mostrou a pobreza do Sul e o consumismo do Norte.

Em 1991, 160 empresas em 30 países, criaram o World Business Council for Sustainable Development, com o objetivo de acompanhar o meio ambiente empresarial, DIAS (2006).

Mas foi em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Rio-92, que foi aprovada a Agenda 21.

Participaram 179 países, e foi no Rio de Janeiro que se reuniram para discutirem sobre o futuro da terra, e assim firmaram acordos e compromissos entre eles. Onde houve recomendações de medidas para a proteção ambiental através de políticas de desenvolvimento sustentável e sugestões para o futuro do meio ambiente, WIKIPÉDIA (2007).

Documentos como a Agenda 21, peça de natureza programática, foi oficializada por ocasião da “Cúpula da Terra”, quando reuniu a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, foi assumida oficialmente pelos países representados pelo encontro mundial e pelo Fórum das Organizações Não-Governamentais, que marcou sua edição, MILARÉ (2004).

¹ Denominado Nosso Futuro Comum. WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Agenda_21&oldid=6447936>. Acesso em: 20 Ago. 2007.

Mas foi mais tarde, em 1996 a 2002, que foi construída a Agenda 21 Brasileira, que foi coordenado pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, onde se envolveram perto de 40.000 brasileiros. Este foi concluído interinamente em 2002, e em 2003 entrou na fase de implementação, sendo elevada a Programa do Plano Plurianual, pelo atual governo, tendo assim mais força política e institucional, WIKIPÉDIA (2007).

A Agenda 21 foi assim denominada, pelo fato de que seria a partir do século XXI que se refletiria a preocupação com o nosso Planeta.

3.2 NOÇÕES GERAIS

Ela contém 40 capítulos, os quais serão abordados mais especificamente conforme necessidade do assunto.

MILARÉ (2004) afirma que o objetivo da Agenda 21 é preparar o mundo para as adversidades, como se observa:

Seu preâmbulo afirma que ela tem como objetivo preparar o mundo para os desafios do século XXI. Se, de um lado, preconiza mudanças, de outro ela se apresenta com m caráter aglutinador, um marco referencial, seja na abordagem dos problemas, seja no seu equacionamento. Para tanto, deve ser considerada a sua condição de documento consensual que se liga diretamente a interesses internacionais e supranacionais. Vale reforçar que, na linguagem da Agenda 21, as considerações ambientais abrem caminho para o tratamento de questões socioeconômicas estruturais, e vice-versa.

A proposta que prevaleceu Agenda 21 foi de que os governantes e a população planejassem o futuro, levando em consideração os impactos econômicos, sociais e ambientais, pois determinará a qualidade de vida futuramente, BRANCO (2007).

A Agenda 21 tem o condão de orientar a população, nas áreas em que há impacto ambiental, da necessidade de desenvolver um padrão novo para o desenvolvimento sustentável (dimensões social, econômica e ambiental).

A Agenda 21 serve para organizar os esforços da população para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Sua característica principal é a natureza participativa e transparente de sua elaboração, CAVALCANTI (2002).

Participativa porque diz respeito à participação da sociedade para a sua elaboração, e transparente por ser clara e correta sua formulação.

BRANCO (2007) diz que a Agenda 21 consiste na melhoria da vida da sociedade:

A Agenda 21 consiste na adoção e implementação de programas específicos centrados em sete objetivos chaves, incluindo: moradia adequada para todas as pessoas, melhora nas condições básicas de vida nas cidades, adoção de aspectos sustentáveis para os setores de energia e transportes, acesso à terra para todas as famílias, desenvolvimento de recursos humanos e diminuição dos efeitos dos desastres naturais, em como daqueles provocados pelo homem.

Viu-se que a melhoria de vida da população é um dos objetivos principais desta, pensando no desenvolvimento sustentável como saída para necessidades humanas e contra a devastação ecológica.

A implantação da Agenda 21 se faz do seguinte modo:

- Instalação da Secretaria Executiva e do Comitê Coordenador;
- Engajamento de consultores e *staff* das agências governamentais e de terceiros;
- Revisão dos levantamentos realizados anteriormente;
- Seleção preliminar de tópicos;
- Análise e incorporação de iniciativas em andamento, no âmbito da Autoridade do Meio Ambiente e de terceiros ao processo da Agenda 21;
- Confirmação das parcerias institucionais;
- Mobilização do foro de *stakeholders*² da Agenda 21;
- Envolvimento de *stakeholders* implementadores potenciais da Agenda 21;
- Consultas aos *stakeholders* sobre temário e prioridades preliminares;
- Análises aprofundadas sobre os temas escolhidos;
- *Stakeholders dialogues*;
- Primeiro rascunho da Agenda 21;
- Ajuste do primeiro rascunho mediante novas rodadas de *stakeholders dialogues*;
- Eventual discussão internacional da Agenda 21;
- Delineamento dos programas prioritários oriundos da Agenda 21 e mobilização de recursos para sua implementação;
- Acompanhamento e monitoramento da implantação da Agenda 21.

Pode-se desenvolver programas que sigam os objetivos da Agenda 21, mas não necessariamente que tenha que ser a nível nacional, isto poderá ocorrer a nível local, como: estados, municípios, bairros, grupos, escolas, etc., podendo assim

² São partes interessadas em situações onde há conflitos inerentes.

absorver a necessidade de cada grupo quanto a precisão em torno do desenvolvimento sustentável.

3.3 INTENÇÕES

Cada País pode desenvolver a sua própria Agenda 21, sendo considerada Agenda 21 Nacional.

Dá-se maior ênfase na gestão ambiental descentralizada e participativa, ou seja, valoriza-se o poder local, multiplicando as parcerias, mudando os padrões de consumo e nos processos produtivos, SIRVINSKAS (2003).

Isto quer dizer que a prevalência é para o desenvolvimento de uma Agenda 21 Local.

Quando se refere à Agenda 21 Local, observa-se que a prioridade é a sustentabilidade do local em questão, WIKIPÉDIA (2007):

Sucintamente pode dizer-se que uma Agenda 21 Local é um processo através do qual as autoridades locais trabalham em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Ação por forma a implementar a sustentabilidade ao nível local. Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem-estar social melhorando a qualidade do ambiente.

Como se pode ver a Agenda 21 preconiza o desenvolvimento sustentável baseado na ação local.

O capítulo 28 da Agenda 21 enfoca a ação local, como se observa, BRASIL (2007):

CAPÍTULO 28. INICIATIVAS DAS AUTORIDADES LOCAIS EM APOIO À AGENDA 21

28.1. Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável.

28.2. Propõem-se os seguintes objetivos para esta área de programa:

- (a) Até 1996, a maioria das autoridades locais de cada país deve realizar um processo de consultas a suas populações e alcançar um consenso sobre uma "Agenda 21 local" para a comunidade;
- (b) Até 1993, a comunidade internacional deve iniciar um processo de consultas destinado a aumentar a cooperação entre autoridades locais;
- (c) Até 1994, representantes das associações municipais e outras autoridades locais devem incrementar os níveis de cooperação e coordenação, a fim de intensificar o intercâmbio de informações e experiências entre autoridades locais;
- (d) Todas as autoridades locais de cada país devem ser estimuladas a implementar e monitorar programas destinados a assegurar a representação da mulher e da juventude nos processos de tomada de decisões, planejamento e implementação.

28.3. Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma "Agenda 21 local". Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formular as melhores estratégias. O processo de consultas aumentará a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável. Os programas, as políticas, as leis e os regulamentos das autoridades locais destinados a cumprir os objetivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais adotados. Podem-se utilizar também estratégias para apoiar propostas de financiamento local, nacional, regional e internacional.

28.4. Deve-se fomentar a parceria entre órgãos e organismos pertinentes, tais como o PNUD, o Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (Habitat), o PNUMA, o Banco Mundial, bancos regionais, a União Internacional de Administradores Locais, a Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, a Cúpula das Grandes Cidades do Mundo, a Organização das Cidades Unidas e outras instituições pertinentes, tendo em vista mobilizar um maior apoio internacional para os programas das autoridades locais. Uma meta importante será respaldar, ampliar e melhorar as instituições já existentes que trabalham nos campos da capacitação institucional e técnica das autoridades locais e no manejo do meio ambiente. Com esse propósito:

- (a) Pedem-se que o Habitat e outros órgãos e organizações pertinentes do sistema das Nações Unidas fortaleçam seus serviços de coleta de informações sobre as estratégias das autoridades locais, em particular daquelas que necessitam apoio internacional;
- (b) Consultas periódicas com parceiros internacionais e países em desenvolvimento podem examinar estratégias e ponderar sobre a melhor maneira de mobilizar o apoio internacional. Essa consulta setorial complementar as consultas simultâneas concentradas nos países, tais como as que se realizam em grupos consultivos e mesas redondas.

28.5. Incentivam-se os representantes de associações de autoridades locais a estabelecer processos para aumentar o intercâmbio de informação, experiência e assistência técnica mútua entre as autoridades locais.

28.6. Recomenda-se que todas as partes reavaliem as necessidades de financiamento nesta área. O Secretariado da Conferência estimou o custo total anual médio (1993-2000) do fortalecimento dos serviços internacionais de secretaria para a implementação das atividades deste capítulo em cerca de \$1 milhão de dólares, em termos concessionais ou de doações. Estas são estimativas apenas indicativas e aproximadas, não revistas pelos Governos.

28.7. Este programa deve facilitar as atividades de capacitação e treinamento já contidas em outros capítulos da Agenda 21.

O 1.º item tem a finalidade de embasar as parcerias, nos planos nacional e local. Já no terceiro item essas parcerias devem ser entre autoridades locais e a sociedade.

As atividades locais que se refere na Agenda 21 demonstram ser mais intensa, ou seja, por tratar do problema *in loco*, ou melhor, por estar mais perto da população.

3.4 AGENDA 21 EMPRESARIAL

O Banco do Brasil se comprometeu junto ao Ministério do Meio Ambiente com a assunção de responsabilidades sócio-ambientais, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e negócios. Este compromisso com a Agenda 21 e o Banco do Brasil denominou-se Agenda 21 Empresarial.

A Agenda 21 tem como objetivo principal, propor parcerias entre o governo e a sociedade, estendendo as propostas das ações locais à comunidade local, conforme o capítulo 28 acima. Com este fim que o Banco do Brasil assumiu em junho de 2004, um compromisso com a Ministra do Meio Ambiente.

Conforme o compromisso firmado com a Ministra da Meio Ambiente o Banco do Brasil assumiu seu papel na ajuda a um desenvolvimento sustentável, BB (2007):

Em junho de 2004, o Banco do Brasil assumiu publicamente o comprometimento com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de seus negócios em solenidade que contou com a presença da Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente. A partir desse evento, o plano de ação para o aprofundamento de sua postura de responsabilidade sócio-ambiental, aprovado em 2003 pelo Conselho Diretor, passou a ser denominado Agenda 21 Empresarial do BB. Na ocasião, o BB também assinou Protocolo com o Ministério do Meio Ambiente para disseminar a Agenda 21 nos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável.

O Banco do Brasil pretende, através de estratégias de negócios, estimular, colaborar, etc., o desenvolvimento regional sustentável, juntamente com outras empresas.

O desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil busca trabalho e renda, mas sem perder a qualidade do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

O Banco do Brasil tomou as decisões de assumir o compromisso da Agenda 21 Empresarial, quando, BB (2007):

1. Decisão estratégica de assumir compromisso com a responsabilidade socioambiental.
2. Criação de uma área organizacional articuladora.
3. Criação de um grupo mobilizador com representantes de todas as vice-presidências.
4. Definição de um conceito de responsabilidade socioambiental.
5. Declaração de princípios de responsabilidade socioambiental.
6. Definição de direcionadores estratégicos das ações de RSA.

O Banco do Brasil assumiu o compromisso após observar a necessidade de se fazer algo para o desenvolvimento e ao mesmo tempo preservando a natureza.

Conforme os resultados apresentados o Banco do Brasil tinha 1.679 agências habilitadas para desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável, conforme prioridades do compromisso assumido. As perspectivas para 2007 é que esta instituição financeira alcance 2.000 agências ligadas a este foco, dentre 2.400 municípios e 500.000 famílias, BB (2007).

Dia 11 de junho de 2007, o Banco do Brasil lançou a sua própria Agenda 21, onde reúne um conjunto de políticas e ações que reforçam os seus compromissos com a sustentabilidade, contemplando o equilíbrio ambiental, a justiça social e a eficiência econômica, BB (2007).

O Banco do Brasil pretende desenvolver projetos onde sua prioridade seja o desenvolvimento sustentável, além de outras ações, sendo a primeira empresa a assumir tal compromisso.

A Agenda 21 do Banco do Brasil se concretiza em três dimensões, as quais são: negócios com foco no desenvolvimento sustentável, práticas administrativas e negociais com responsabilidade socioambiental e investimento social privado. Pode-se observar a dimensão estratégica da Agenda 21 do Banco do Brasil, e quais são seus objetivos, BB (2007):

1. DIMENSÃO NEGÓCIOS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 - 1.1 Implementar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável;
 - 1.2 Financiar atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social;
 - 1.3 Financiar atividades e tecnologias ambientalmente adequadas.
2. DIMENSÃO PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS E NEGOCIAIS COM RSA
 - 2.1 Disseminar os princípios e fortalecer a cultura de RSA na Comunidade BB;

- 2.2 Manter processos administrativos coerentes com os Princípios de RSA;
- 2.3 Manter processos negociais coerentes com os Princípios de RSA;
- 2.4 Fortalecer a interação com os públicos de relacionamento;
- 2.5 Influenciar a incorporação dos princípios de RSA no País.
- 3. DIMENSÃO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO
- 3.1 Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira;
- 3.2 Apoiar programas relacionados à consciência e preservação ambiental;
- 3.3 Apoiar programas relacionados à defesa e à promoção dos direitos humanos;
- 3.4 Captar recursos para apoiar ações vinculadas ao desenvolvimento social;
- 3.5 Incentivar a atuação dos funcionários em trabalhos voluntários e ações sociais.

O Banco do Brasil tem a intenção de estimular outras empresas a desenvolverem e publicarem sua próprias agendas.

3.4.1 Premissas da Agenda 21 do Banco do Brasil

O Banco do Brasil tem a seguinte proposição quanto a Agenda 21, BB (2007):

- a) Implementar ações visando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social;
- b) Disponibilizar os capitais humano, social e financeiro do Banco para contribuir com o desenvolvimento do País;
- c) Promover maior participação no mercado de baixa renda;
- d) Disseminar propostas relacionadas com a responsabilidade socioambiental em nível corporativo;
- e) Atuar em consonância com iniciativas e políticas governamentais.

As proposições feitas pelo Banco do Brasil estão direcionadas a implementação, disponibilização, promoção, disseminação, e atuação para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

3.4.2 Objetivos da Agenda 21 do Banco do Brasil

Os objetivos que embasam a Agenda 21 do Banco do Brasil que se observa, são os seguintes:

- a) Gerar trabalho e renda;
- b) Promover o acesso ao crédito – bancarização;

- c) Estimular e aperfeiçoar a capacidade de organização social (associativismo e cooperativismo);
- d) Desenvolver atividades produtivas, agregando valor aos produtos e serviços;
- e) Promover a inclusão social e a inserção das pessoas nos mercados de trabalho, da produção e de consumo;
- f) Disseminar a cultura empreendedora.

No que diz respeito aos objetivos da Agenda 21 do Banco do Brasil o que prevalece é a geração, promoção, estímulo, desenvolvimento e disseminação das políticas econômicas e ambientais.

3.5 PRINCÍPIOS PROPOSTOS PELO BANCO DO BRASIL

Diversos são os princípios que permeiam essa integração entre o Banco do Brasil e a Agenda 21, princípios estes que têm uma incidência direta sobre a responsabilidade sócio-ambiental assumida pelo Banco do Brasil.

Os princípios proposta pela Carta de Responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil, onde ele se compromete a, BB (2007):

1. Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
2. Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
3. Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
4. Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
5. Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.
6. Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
7. Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
8. Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.
9. Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.
10. Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
11. Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.
12. Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.

13. Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
14. Contribuir para a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Estes são os compromissos assumidos pelo Banco do Brasil para contribuir com a preservação do meio ambiente e o crescimento das possibilidades econômicas da população.

3.6 A AGÊNCIA DE ENTRE RIOS DIANTE DA AGENDA 21 EMPRESARIAL

Conforme as propostas apresentadas pela Agenda 21 do Banco do Brasil, a finalidade é verificar onde a Agência de Entre Rios pode ser incluída, quando dos compromissos assumidos pelo Banco do Brasil na assinatura do protocolo perante a citada agenda.

O capítulo seguinte trará alguns questionamentos e conclusões a respeito da inclusão da Agenda 21 Empresarial na Agência de Entre Rios, para implantação de propostas para o desenvolvimento sustentável.

Fazendo com que todo empenho da Agenda 21 Empresarial traga realizações efetivas, pois sem ações não adiantaria ter assumido o compromisso com a Nação, sendo o Banco do Brasil uma força viva lutando pelo crescimento do povo brasileiro.

4 BANCO DO BRASIL E A CAMPANHA DA SUSTENTABILIDADE

Em todas as agências do Banco do Brasil, houve uma grande ação de conscientização das pessoas pelo futuro do nosso planeta.

A Campanha da Sustentabilidade começou dentro do próprio Banco e depois ganhou as ruas em todo o Brasil.

Foram enviados para as agências um envelope contendo oito adesivos grandes com o número 3, oito adesivos grandes com atitudes de responsabilidade sócio ambiental, 3 adesivos sobre a Agenda 21 do Banco do Brasil e mais uma cartela com 88 adesivos pequenos do número 3.

Esta Campanha é dividida em duas fases, com duas etapas cada uma, e cada adesivo desse cumpre uma função. Por isso deveriam ser colados na e locais certos.

FASE 1 – CAMPANHA INTERNA

Dia 30 de Julho

No dia 30 de julho, foram colados quatro adesivos grandes do número 3 nos ambientes internos da agência. Local onde só os funcionários costumam transitar.

Nos dias 30 e 31 de julho e 1º de agosto, apareceu a tela do número 3 nos computadores dos funcionários. Além disso, houve hot site na Intranet com informações da Campanha da Sustentabilidade.

A idéia é que ninguém soubesse, ainda o que esse número significasse. Criou-se uma expectativa no ambiente de trabalho e foi provocada a curiosidade das pessoas sobre a Campanha.

Dia 2 de agosto

No dia 2 de agosto, aconteceu a revelação da Campanha. Foram colados quatro adesivos grandes com atitudes de responsabilidade socioambiental.

Os adesivos das atitudes vieram complementar os adesivos do número 3 que já tinham sido colados. Foram fixados lado a lado.

Neste mesmo dia foram distribuídos foram distribuídos os adesivos pequenos do número 3 aos funcionários. Incentivando os funcionários a colarem em lugares que os ajudassem a lembrar uma atitude pela sustentabilidade, como por exemplo:

- ao lado do interruptor para lembrar de desligar a luz;
- no espelho do banheiro para lembrar de fechar bem a torneira;
- no computador para lembrar de desligá-lo ao sair ou economizar papel na hora de imprimir.

A idéia é que, toda vez que alguém olhar esse número, lembre que ali existe uma maneira de cuidar do futuro do planeta.

Os adesivos da Agenda 21, fizeram com que todos os funcionários procurassem conhecer os compromissos que o Banco do Brasil assumiu pela sustentabilidade.

FASE 2 - CAMPANHA EXTERNA

Dia 6 de agosto

Da mesma maneira como foi internamente, a Campanha da Sustentabilidade com o número 3 aconteceu para todos os brasileiros.

No dia 6 de agosto, as cidades estavam com a marca 3 por todos os lados. Nesse dia, em todas as agências foram colados os outros adesivos grandes com o número 3, nos locais onde os clientes circulam.

Dia 11 de agosto

No intervalo do programa Criança Esperança da Rede Globo, a Campanha foi revelada para o público externo.

Dia 13 de agosto

Nas agências foram colados os últimos quatro adesivos das atitudes ao lado dos adesivos com o número 3, incentivando as pessoas a tomarem três atitudes pelo futuro do planeta em suas casas e local de trabalho.

Como todas as agências, a de Entre Rios também participou desse processo de mobilização e conscientização.

Com esta Campanha, o Banco do Brasil nos mostra que cada um de nós é importante, para contribuir pela sustentabilidade e que além de agir internamente, com ações de responsabilidade social, quer incentivar cada brasileiro a fazer um pouquinho por dia pelo futuro do planeta.

É um trabalho em conjunto, que começou dentro do Banco e ganhou todo o país.

4.1 PLANO DE NEGÓCIOS DRS - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS é uma estratégia negocial de atuação do Banco do Brasil e tem como objetivo implementar uma nova forma de atuar junto às comunidades, buscando promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando-se, nesse processo, as características locais, de natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural.

Ela tem como princípio básico o tripé: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, respeitando a diversidade cultural.

Sua metodologia se baseia no processo de “concertação”, com o sentido de orquestração, é uma ação conjunta que envolve prefeituras, sociedade civil, políticos, empresários, profissionais liberais, entidades religiosas e organizações não governamentais – ONGS, todos com objetivo comum que é o desenvolvimento sustentável.

O Banco do Brasil atua visando fortalecer o associativismo, a agricultura familiar, os mini e pequenos empresários e as cooperativas populares.

Os propósitos do Banco do Brasil associados à Estratégia Negocial DRS são:

- Implementar ações, visando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.
- Disponibilizar os capitais humanos, sociais, tecnológicos e financeiros para contribuir com o desenvolvimento do País.

- Gerar novas oportunidades de negócios.
- Contribuir para a fidelização de seus clientes e a sua perenização.
- Disseminar propostas relacionadas com a responsabilidade socioambiental em nível corporativo.

O Plano de Negócios DRS é o procedimento que estabelece a estratégia de desenvolvimento sustentável da Cadeia de Valor da atividade produtiva. Ele deve ser participativo, negociado e pactuado com os parceiros envolvidos.

É importante para o desenvolvimento da atividade produtiva ampliar a visão das possibilidades do negócio para os agentes e intervenientes da atividade, gerar trabalho e renda, agregar valor aos produtos e serviços oferecidos, atender às expectativas do mercado, cumprir compromissos com fornecedores, clientes e credores, tudo isso observando a inclusão social e as boas práticas ambientais.

Em muitos dos casos, trabalha-se com transformações significativas na realidade dos agentes pertencentes aos elos da cadeia de valor da atividade produtiva escolhida, tratando de questões que envolvem modos de interação e de trabalho, questões ambientais, utilização de baixa tecnologia, culturas e valores diferenciados, carências no campo da saúde e educação, dentre outros aspectos.

4.2 DRS NA AGÊNCIA DE ENTRE RIOS

Na Agência de Entre Rios está sendo realizado um Plano de Negócios de DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável, na atividade de horticultura e artesanato.

A atividade está sendo desenvolvida em parceria com a entidade PROJEÇÃO – Projeto Jovens em Ação. O trabalho visa atender a 85 famílias carentes que residem na localidade e que possuem um terreno pelo sistema de comodato com a Cooperativa Agrária. Incentivando o cultivo de hortaliças e legumes, os quais são comercializados nos supermercados locais, gerando uma renda e fortalecendo a agricultura familiar.

Foram contatados órgãos como a Prefeitura, Emater, Sebrae, a Universidade Estadual do Centro Oeste, pessoas da cidade, universitários dos cursos de Agronomia, Administração, Economia, Engenharia de Alimentos e Nutrição.

Os universitários atuam como estagiários, orientando os agricultores desde o plantio até a comercialização do produto.

Todos estão trabalhando em parceria com o Banco do Brasil, como envolvidos ativamente neste processo de transformação da realidade.

O artesanato também sendo desenvolvido, com prospecção de oferta dos produtos manufaturados, serem comercializados no balcão eletrônico do Banco do Brasil na área de exportação.

As ações deste DRS tem por objetivo:

- elevar a renda das famílias envolvidas na atividade, por meio do aumento da área plantada, adoção de novas tecnologias, melhoria da infra-estrutura de produção, aumento da produtividade, redução de custos de produção, agregação de valor ao produto.

- melhorar o nível tecnológico de produção.

- capacitar os envolvidos nas diversas etapas do processo.

- reduzir o analfabetismo dos membros das famílias dos produtores.

- incentivar o associativismo e a comercialização da produção.

- estimular a adoção de práticas de conservação ambiental e conservação de solo.

- melhorar a distribuição de renda ao longo da cadeia de valor da atividade produtiva.

Apresentação e Análise dos resultados

Dos 10 questionários entregues, todos foram devidamente respondidos. Primeiramente temos a apresentação do perfil do público entrevistado:

- Quanto ao sexo, 08 funcionários (80%) são do sexo masculino e 02 (20%) são do sexo feminino.

- Quanto à idade, 03 funcionários (30%) estão entre a faixa etária de 20 a 30 anos, 04 funcionários (40%) estão entre a faixa etária de 31 a 40 anos e 03 funcionários (30%) possuem mais de 40 anos.

- Quanto ao nível de escolaridade, 04 funcionários possuem (40%) possuem pós-graduação, 02 funcionários (20%) possuem pós-graduação em andamento, 02

funcionários (20%) possuem terceiro grau incompleto e 02 funcionários (20%) possuem segundo grau completo.

- Quanto ao tempo de banco, 01 funcionário (10%) é efetivo a mais de 21 anos, 02 funcionários (20%) são efetivos entre 11 e 15 anos, 01 funcionário (10%) é efetivo entre 06 e 10 anos, 03 funcionários (30%) são efetivos entre 01 e 05 anos e 03 funcionários (30%) são efetivos a menos de 01 ano.

Serão apresentados nos parágrafos seguintes, os resultados obtidos para cada pergunta feita através do questionário aplicado. Na análise dos resultados considerou-se como nível de satisfação total e parcial, concordo totalmente e parcialmente, como insatisfação, discordo totalmente e parcialmente e os neutros com nem concordo e nem discordo. Após os comentários de cada questão, está inserido um gráfico de colunas para melhor visualização dos resultados obtidos.

Quando questionados, se tomaram conhecimento e participaram desde 30 de julho de 2007 quando foi lançada a Campanha de Sustentabilidade, onde o Banco do Brasil quer agir internamente e para cada brasileiro fazer um pouco pelo futuro do planeta, 40% dos funcionários pesquisados responderam que concordam totalmente, 40% dos funcionários concordam parcialmente e 20% dos funcionários não concordam e nem discordam.

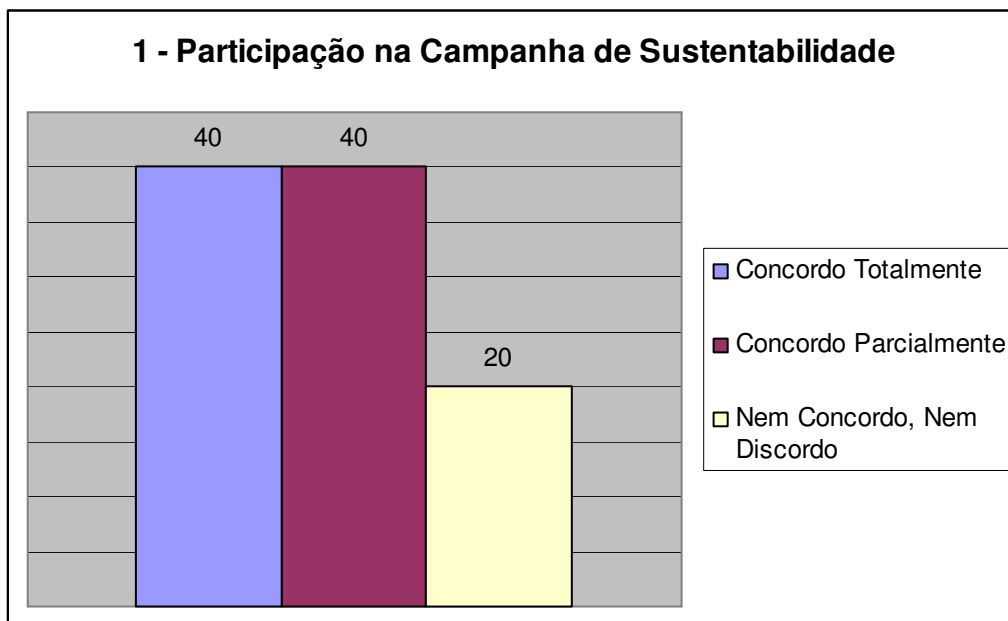


Gráfico 1 – Quanto a participação na Campanha de Sustentabilidade

Fonte: dados coletados

Quanto a campanha “Decida pelo 3” foi amplamente incentivada e divulgada na agência, 50% dos funcionários responderam que concordam totalmente, 20% dos funcionários concordam parcialmente, em 20% dos funcionários nem concordam e nem discordam e 10% discordam parcialmente. Nesta questão chama-se a atenção para o maior percentual de respostas de satisfação total, significando o comprometimento dos funcionários em questões lançadas pelo Banco do Brasil.

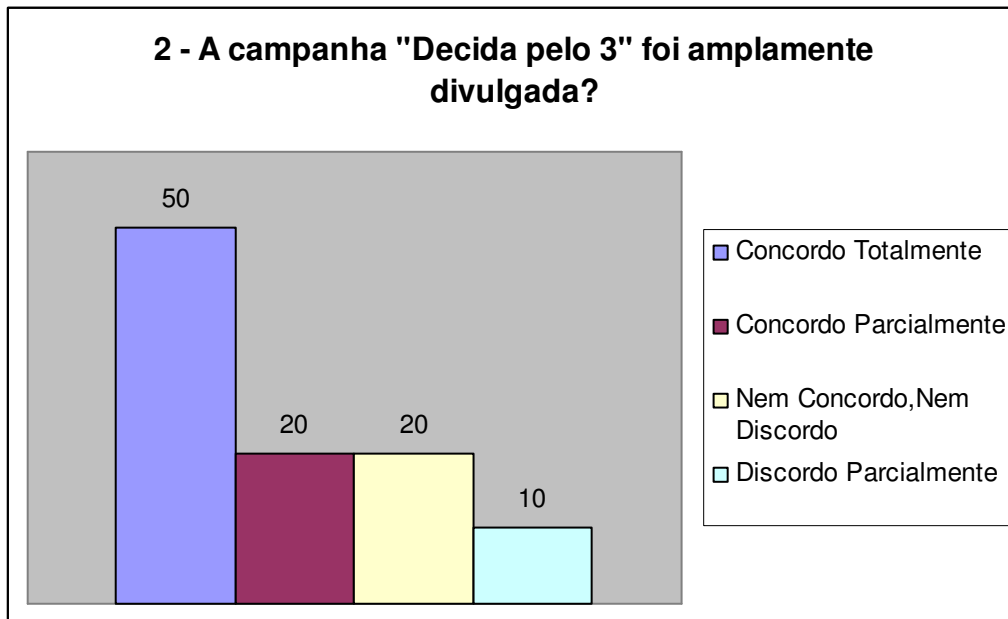


Gráfico 2 – Quanto a divulgação da campanha “Decida pelo 3”

Fonte: dados coletados

Na questão sobre atitudes e ações de responsabilidade social e sustentabilidade tem sido divulgadas na agência, 40% dos funcionários concordam totalmente, 30% dos funcionários concordam parcialmente, 20% dos funcionários nem concordam e nem discordam e 10% discordam parcialmente. Nesta questão verificamos que a divulgação desta campanha foi adotada pela maioria dos funcionários.

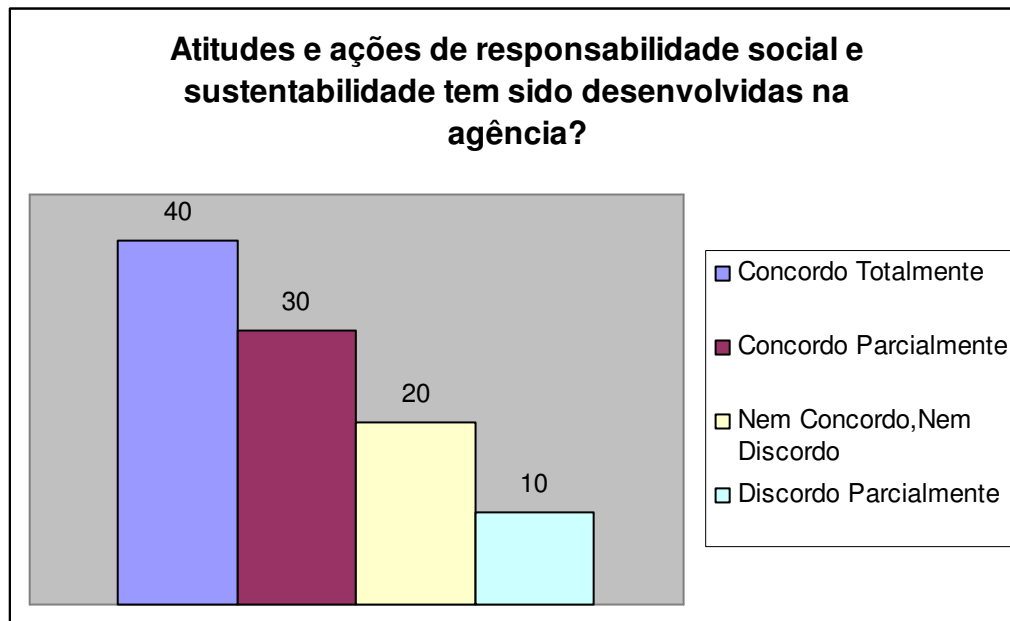


Gráfico 3 – Quanto ao desenvolvimento de atitudes e ações de responsabilidade social e sustentabilidade pela agência.

Fonte: dados coletados

Quanto a questão de adoção na rotina de trabalho das ações propostas pela campanha publicitária “Decida pelo 3”, 10% dos funcionários concordam totalmente, 80% dos funcionários concordam parcialmente e 10% nem concordam e nem discordam. Pelos resultados obtidos concluímos a dificuldade dos funcionários desta agência em agregar na sua rotina de trabalho ações propostas pelo Banco. Este percentual da amostra pesquisada parcialmente satisfeita mostra que o comprometimento dos funcionários está sendo agregado ao trabalho gradativamente. É importante a atenção quanto ao comprometimento com a organização, pois quanto maior o comprometimento do funcionário, melhor este irá desempenhar suas funções para atingir os objetivos e resultados pré-determinados.

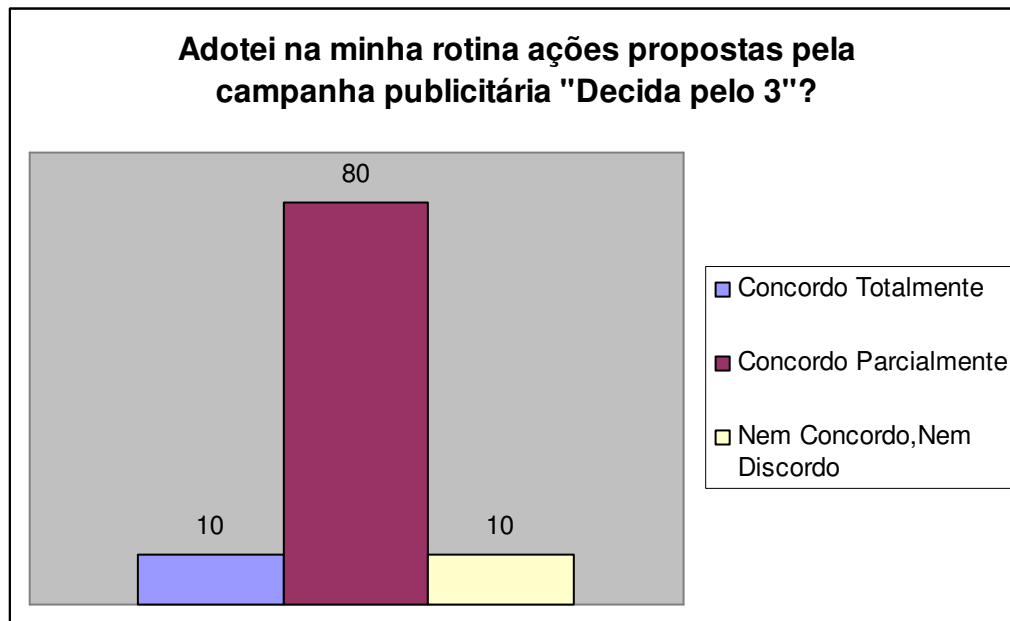


Gráfico 4 – Quanto a adoção das ações propostas pela campanha publicitária “Decida pelo 3”.

Fonte: dados coletados

Quanto ao conhecimento da campanha “Agenda 21 Empresarial”, 10% dos funcionários mostraram-se satisfeitos, 60% apresentaram satisfação parcial, 10% mostram-se insatisfeitos, 10% discordam parcialmente e 10% discordam totalmente.

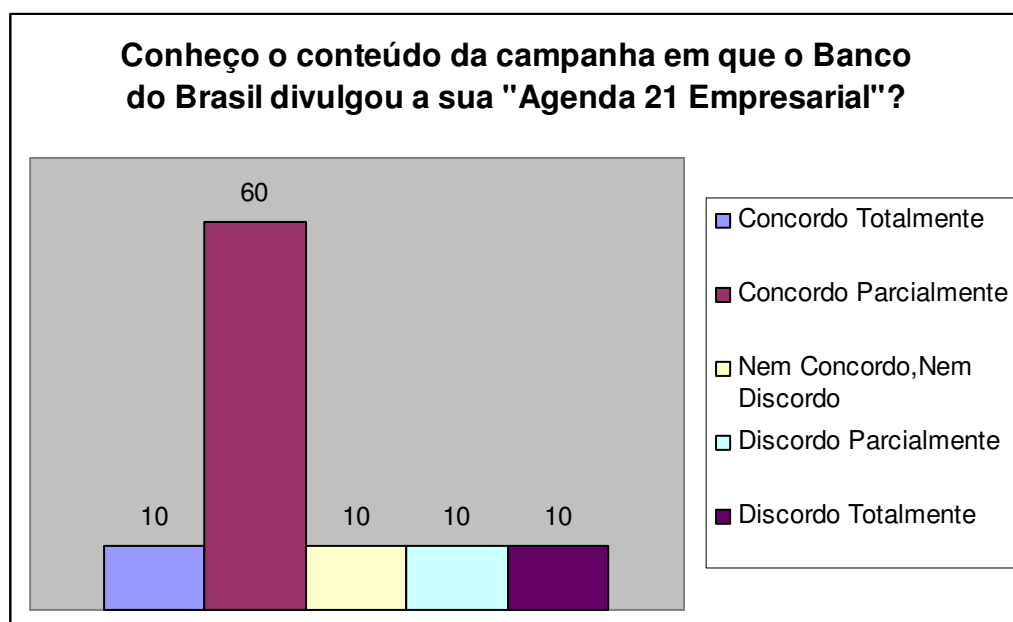


Gráfico 5 – Quanto ao conhecimento do conteúdo da campanha Agenda 21 Empresarial.

Fonte: dados coletados

Foi questionado ainda se a agência está comprometida com o Plano de Negócios DRS, para implantação de ações de apoio, geração de renda e inclusão social. Nesta questão 50% dos funcionários estão satisfeitos, 10% apresentaram satisfação parcial, 30% dos funcionários mostraram-se insatisfeitos e 10% discordam parcialmente. Apesar de a maioria estar parcialmente satisfeita, houve incidência maior de respostas de insatisfação no restante da amostra.

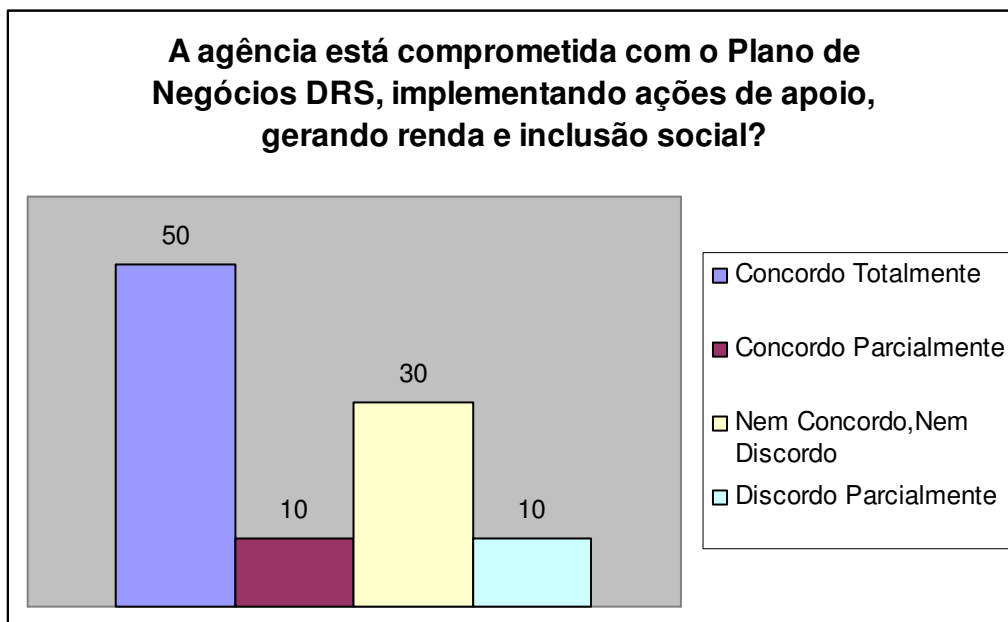


Gráfico 6 – Quanto ao comprometimento da agência no Plano de Negócios DRS, ações de apoio.
Fonte: dados coletados

5 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES

O objetivo deste trabalho foi verificar o envolvimento e o comprometimento dos funcionários da Agência Entre Rios nos compromissos firmados pelo Banco do Brasil perante a Agenda 21.

Através da literatura pesquisada, pode-se verificar que ações de responsabilidade social devem ser realizadas por todos brasileiros como também pelos funcionários de todas as agências, tanto internamente, como nos locais externos.

Todos somos responsáveis pela preservação e o futuro do planeta, embora alguns com um conhecimento maior do assunto, outros menos, existe um comprometimento com a responsabilidade socioambiental.

Conclui-se também que se todos nós cooperarmos com o DRS, o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando potencialidades locais e regionais.

Na análise dos resultados obtidos com a aplicação do questionário, pode-se concluir que na participação na Campanha de Sustentabilidade, a metade dos funcionários da agência, estavam comprometidos, sendo que a outra parte embora em proporção menor também participaram da Campanha.

Analisando as questões 2 e 3, pode-se observar que mesmo a Campanha “Decida pelo 3” tenha sido amplamente divulgada dentro da agência, evidenciando atitudes e ações de responsabilidade social, poucos funcionários conseguiram adquirir atitudes e ações de responsabilidade social em sua rotina diária de trabalho.

Verifica-se, porém, que os outros funcionários, embora de uma maneira mais lenta e gradativa estão inseridos no comprometimento da empresa com a responsabilidade socioambiental.

Um fator bastante importante pode ser visto no gráfico 5, no qual mais da metade dos funcionários da agência, concordam parcialmente, na divulgação da “Agenda 21 Empresarial” do Banco do Brasil. Isto significa que desconhecem o teor integral da agenda 21, sendo que conteúdos novos, estão sendo lançados diariamente no mercado.

Sendo o objetivo principal deste trabalho, o desempenho dos funcionários da Agência Entre Rios, perante a Agenda 21, conclui-se que a maioria está satisfeita, assumiu com responsabilidade ações e esforços, contribuindo com iniciativas de Desenvolvimento Sustentável já existentes ou também novas, ambas construídas coletivamente.

Quanto ao Plano de Negócios DRS, implantado pela agência, aplicado na comunidade local, com ações de apoio, geração de renda e inclusão social, podemos observar conforme gráfico 6, que a maioria dos funcionários está envolvido.

Este trabalho é limitado a analisar os dados apenas através das respostas ao questionário aplicado e faz parte de uma pequena amostra de todo quadro funcional do Banco do Brasil.

Sugere-se como contribuição, promover pesquisa envolvendo os funcionários de todas as agências, que estão desenvolvendo um Plano de Negócios DRS, verificando-se principalmente as ações que estão sendo desenvolvidas diante dos compromissos assumidos pelo Banco do Brasil perante a Agenda 21.

REFERÊNCIAS

Agenda 21 Empresarial – A Agenda Socioambiental do BB. <<http://www.banktrack.org/doc/File/banks/Banco%20do%20Brasil%20-%20other%20documents/Environmental%20compromises%20of%20Banco%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em 22 Ago. 2007.

Agenda 21: um jeito de fazer. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=11972> Acesso em 23 Ago. 2007.

Banco do Brasil lança sua Agenda 21. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=11972> Acesso em 23 Ago. 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BOFF, Leonardo. **Princípio de compaixão e cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRANCO, Adriano Murgel. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos: responsabilidade socioambiental informe social**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. **A agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. **Constituição federal**: promulgada em 5 de outubro de 1998. 29.^a ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>> Acesso em: 21 Ago. de 2007.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, B. D. João. **Democratização e gestão ambiental:** em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998.

Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/>> Acesso em: 24 Ago. 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/ci2006/apresentacoes/izabela_campus_alc%C3%A2ntara_lemos.pdf> Acesso em: 23 Ago. 2007.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente:** doutrina, jurisprudência, glossário. 3.^a ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2004.

O Banco do Brasil e o Compromisso Socioambiental. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/ci2006/apresentacoes/izabela_campus_alc%C3%A2ntara_lemos.pdf> Acesso em: 23 Ago. 2007.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 2.^a ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

SOUZA, Perci Coelho de; SOARES, Francilene Gomes. **Responsabilidade socioambiental.** Brasília: CEAD, 2006.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Agenda_21&oldid=6447936>. Acesso em: 20 Ago. 2007.

YOUNG, Ricardo. **Manifesto pelo desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <www.ethos.org.br> Acesso em: 16 ago. 2007.

ANEXO A

Prezado colega,

Estou realizando uma pesquisa na Agência Entre Rios PR - Banco do Brasil e gostaria de coletar sua opinião sobre a aplicabilidade da Agenda 21 nesta agência, como também verificar o impacto das ações para a sustentabilidade junto ao público interno do Banco do Brasil – BB.

Ao responder este questionário você estará contribuindo para a realização de uma Monografia do curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente,

Irene Maria Scorsim Schust

Dados Pessoais:

Masculino Feminino

Idade:

menos de 20 anos; de 20 a 30 anos; de 30 a 40 anos;
 mais de 40 anos.

Nível de escolaridade:

2º Grau completo; Superior incompleto; Superior completo;
 Pós-graduação em andamento Pós-graduação concluída

Tempo em que está no BB

Menos de 1 ano De 1 ano a 5 anos De 6 a 10 anos
 De 11 a 15 anos De 16 a 20 anos Mais de 20 anos

Cargo

Operacional Gerencial

Solicito que responda o questionário abaixo, assinalando com o número da frase que expressa sua avaliação:

1	2	3	4	5
Discordo totalmente.	Discordo parcialmente.	Nem concordo nem discordo.	Concordo Parcialmente.	Concordo Totalmente.
1. Tomei conhecimento e participei desde o dia 30 de Julho de 2007 quando foi lançada a Campanha de Sustentabilidade onde o Banco do Brasil quer além de agir internamente, com ações de responsabilidade social, incentivar cada brasileiro a fazer um pouco pelo futuro do planeta.				
2. A Campanha "Decida pelo 3" foi amplamente incentivada e divulgada na agência.				
3. Atitudes e ações de responsabilidade social e sustentabilidade têm sido desenvolvidas na agência.				
4. Adotei na minha rotina ações propostas pela campanha publicitária "Decida pelo 3".				
5. Conheço o conteúdo da campanha em que o Banco do Brasil divulgou a sua "Agenda 21 Empresarial".				
6. A Agência está comprometida com o Plano de Negócios DRS, implementando ações de apoio, geração de renda e inclusão social.				

ANEXO B

Agenda 21 do Banco do Brasil

- Acompanhamento da Evolução da Postura de RSA
- Colaboração do BB para o Desenvolvimento Sustentável
- Diferenciação/Vantagem Competitiva
- Resposta a pesquisas
- Prestação de contas/Relatos

Painel do Desenvolvimento Sustentável

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL-DRS

- Geração de trabalho e renda
- Visão de cadeia de valor (ovinocaprinocultura, artesanato, mandiocultura, fruticultura, apicultura)
- Fortalecimento do associativismo
- Incentivo à agricultura familiar
- Princípio da concertação – construtivista, inclusiva e participativa

Negócios com Foco no Desenvolvimento Sustentável Resultados - maio 2006

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - DRS

- 1.679 agências habilitadas
 - 1.600 Diagnósticos e Planos de Negócios em andamento, 579 em implementação
- Perspectivas 2007
- 2.000 agências com foco DRS – pelo menos uma atividade produtiva
 - 2.400 municípios
 - 500.000 famílias
 - BB Agricultura Orgânica
 - Programa BB Florestal
 - BB Biodiesel
 - Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE
 - Crédito Responsável
 - Democratização de Acesso ao Crédito Negócios com Foco no Desenvolvimento Sustentável
 - Inclusão digital

- Banco de Tecnologias Sociais
 - BB Educar
 - AABB Comunidade
 - Programa Voluntariado
 - Demais programas da Fundação Banco do Brasil Investimento Social Privado
 - Programa de Ecoeficiência
 - Programa de Ascensão Profissional
 - Universidade Aberta
 - Ouvidoria Externa
 - Ouvidoria Interna
- Práticas Administrativas